



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - NTI/SR/PF/MA

NOTA TÉCNICA Nº 40455699/2025-NTI/SR/PF/MA

Processo nº **08310.000500/2025-16**

Interessado: **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO - SR/PF/MA**

Assunto: **Contrato de licença de uso para 24 (vinte e quatro) meses de sistema para gerenciamento e tratamento dos registros de ponto eletrônico dos servidores da Polícia Federal no Maranhão, com fornecimento de coletor biométrico (em regime comodato)**

1. Trata-se do **Contrato de licença de uso de software para 24 (vinte e quatro) meses**.
2. Definição apresentada por normas vigentes:
  - 2.1. Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento (Inciso X, Art. 6º, Lei 14.133/21);
  - 2.2. O serviço é classificados como comum : aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Inciso XIII, Art. 6º, Lei 14.133/21).
3. No processo em questão, a justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, está inserida em Documento de Formalização da Demanda 39403713;
4. Os principais documentos elaborados são Documento de Formalização de demanda: SEI 39403713; e Mapa Comparativo de Preços: SEI 40455487; e Termo de Referência: SEI 40400330;
5. Sobre o **Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos**, informamos que a ausência de tais documentos se justificam nos termos do Art. 14, I da IN SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

*"Art. 14. A elaboração do ETP:*  
*I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;"*
6. Também importante mencionar que possuir valor estimado inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21, não se adotará a Instrução específica para solução de tecnologia, conforme orienta o artigo 1º, § 1º, da IN 94/2022:

*"§ 1º Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor que são normatizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações, a aplicação desta norma é facultativa, exceto quanto ao disposto nos arts. 6º e 24 desta Instrução Normativa, devendo o órgão ou entidade realizar procedimentos de contratação adequados, nos termos da legislação vigente."*

7. Por se tratar de aquisição por contratação direta e com entrega imediata, o instrumento contratual equivalente será a Nota de Empenho, motivo pelo qual não haverá a fase de Gestão Contratual e, conseqüentemente, não necessitará da elaboração do Mapa de Risco.
8. Nestas condições, tratando-se de aquisições simples, sendo as condições constantes no Termo de Referência suficientes para a qualidade das aquisições.
9. Sobre os critérios de sustentabilidade ambiental, considerou-se pertinentes e suficientes aquelas constantes no tópico do Termo de Referência.
10. Sobre o Termo de Referência utilizou-se a minuta padronizada da Advocacia Geral da União, não se destacando as mudanças visto que a princípio, trata-se de documento definitivo e por se tratar de Dispensa de Licitação não será submetido à assessoria jurídica da União;
11. Não se verificou o Registro de preços como forma interessante para a Administração, visto a necessidade imediata do item e não comportando nenhuma das hipóteses, especialmente elencadas no Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LIMA DOS REIS, Chefe de Núcleo**, em 17/03/2025, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NEVES DE SOUSA, Fiscal de Contrato**, em 17/03/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40455699&crc=663419AD](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40455699&crc=663419AD).  
Código verificador: **40455699** e Código CRC: **663419AD**.